

**EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.540 - SP  
(2018/0269709-2)**

**RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**EMBARGANTE : ADRIANO DA MOTTA**  
**ADVOGADO : HILARIO BOCCHI JUNIOR E OUTRO(S) - SP090916**  
**EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração contra decisão monocrática (fls. 397-399 e-STJ) com a seguinte redação:

Diante da argumentação trazida pelo agravante, reconsidero a decisão agravada (fls. 356-362, e-STJ) e passo à análise do recurso.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Tema 503, sob a sistemática da repercussão geral, RE 661.256/SC, firmou a tese de que, "[n]o âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão legal do direito à 'desaposentação', sendo constitucional a regra do art. 18, § 2º, da Lei nº 8213/91".

Em síntese, o embargante alega:

Excelência, com todo o respeito, entende que há contradição, posto que o caso do RE sob n. 661.256/SC não é análogo ao do presente feito, não sendo, portanto, paradigma para ser aplicado neste julgamento.

Não há que se falar em desaposentação às avessas e muito menos em desaposentação, objeto do RE citado. O que restou determinado no acórdão foi a possibilidade, caso opte pelo benefício administrativo, de realizar a execução parcial, que não significa desaposentação às avessas e muito menos desaposentação.

Aliás, como bem fundamentado no acórdão que julgou o presente feito, prolatado pelo Desembargador Federal Toru Yamamoto, da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, restou declarado que não há nenhuma vedação legal quanto à execução parcial, já que não consiste em cumulação de aposentadorias, o que seria vedado pelo art. 124, II, da Lei 8.213/91.

Assim, caso haja a opção pelo benefício mais vantajoso, obtido na via administrativa, não obsta o recebimento dos valores atrasados referentes ao benefício concedido judicialmente, não havendo que se falar em desaposentação, razão pela qual não há que se aplicar ao presente feito o RE citado.

Houve impugnação.  
É o **relatório**.

**Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 16 de maio de 2019.

Os Embargos de Declaração não merecem prosperar, uma vez que ausentes os vícios listados no art. 1022 do CPC. Com efeito, a controvérsia foi decidida de forma estreme de dúvidas, não havendo falar em omissão.

No caso, a decisão agravada decidiu a controvérsia dos autos com base na decisão do Supremo Tribunal Federal, que ao julgar o Tema 503, sob a sistemática da repercussão geral, RE 661.256/SC, firmou a tese de que, "[n]o âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão legal do direito à 'desaposentação', sendo constitucional a regra do art. 18, § 2º, da Lei nº 8213/91.

Assim, a alegação do embargante denota o intuito de rediscutir o mérito do julgado, e não o de solucionar omissão, contradição ou obscuridade.

Além disso, é de conhecimento geral que os aclaratórios não se prestam a rever a matéria julgada, nem a prequestionar dispositivos constitucionais. Com esse entendimento:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO. APRECIACÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER MERAMENTE PROTRELATÓRIO. APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 535 do CPC).

2. Incabíveis embargos de declaração se inexistir omissão relativa à matéria infraconstitucional, não sendo o STJ competente para apreciar matéria constitucional, inclusive para fins de prequestionamento.

3. É nítido o intuito protelatório do recurso, dando ensejo à aplicação da penalidade prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, à razão de 1% do valor corrigido da causa.

4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no Ag 936.404/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/09/2008, DJe 14/10/2008)

Dessa forma, reitero que a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1022 do CPC e que os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito, nem ao prequestionamento de dispositivos constitucionais com vistas à interposição de Recurso Extraordinário.

Diante do exposto, **rejeito os Embargos de Declaração, com a advertência de que a reiteração será considerada expediente protelatório sujeito a multa prevista no Código de Processo Civil.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de maio de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator

